

Local: Salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

Data: 29 de setembro de 2014 -----

Abertura da reunião: Nove horas e cinquenta e cinco minutos quando, no uso de competências próprias, Maria do Carmo Sousa Ferreira deu início à primeira e única reunião pública desse órgão na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Rui Manuel Correia dos Santos Gaspar e Maria dos Prazeres de Jesus Gouveia Mendonça, desempenhado, respetivamente, as funções de primeiro e segundo secretários. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A mesa da assembleia municipal considerou justificadas as faltas dadas na primeira e única reunião da sessão de junho de 2014 a Hernâni Almeida, Maria dos Prazeres, Rui Gaspar e aos presidentes das juntas de freguesia de Fontelo e São Martinho das Chãs, Luís Rodrigues e Sérgio Silva, respetivamente. -----

Exposição e análise de assuntos gerais de interesse para a autarquia -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

Manuel Paiva afirmou que já obtivera resposta do Ministério das Finanças sobre abaixo-assinado contra o encerramento da Repartição de Finanças de Armamar, que o confirma e prevê, para a sua substituição, a criação de balcão de atendimento fiscal. Considerou a alternativa “esmola ilusória para tentar calar os autarcas e a população”. Prosseguiu, alertando para eventuais dificuldades, decorrentes do “atendimento feito por um ou dois funcionários”. Completou a informação, fazendo saber que os ganhos obtidos com o encerramento dos serviços serão canalizados para a atividade de inspeção tributária, entre outros. -----

Perguntou ao presidente da câmara municipal “o que acha acerca disto” e se está de acordo com o anunciado. -----

Reafirmou que a CDU de Armamar está contra e que “defende o reforço dos funcionários para atender as pessoas sem grandes tempos de espera”. -----

Depois, fez balanço da atividade da câmara municipal e, em particular, do seu presidente. Concluído o primeiro ano do mandato, “a marca que fica bem patente” é o “encerramento do tribunal, a degradação do serviço de saúde com a falta de médicos, o anúncio de que outros serviços públicos irão encerrar, a fraca resistência a quem decide a nível regional e central” e a “falta de estratégia de médio e longo prazo”, asseverou. Termina, perguntando ao presidente da câmara municipal quais foram “os problemas

que teve de enfrentar” e “quais as grandes prioridades para os três anos que ainda restam até terminar o mandato”. -----

Sobre as importações e exportações de cada município, com base no estudo do Jornal de Negócios, divulgou os números de 2013, respeitante a Armamar, concluindo que, “dos concelhos da região, foi o que menos exportou”. Questionou os motivos para o sucedido, para a diferença tão grande entre importações e exportações, para o desequilíbrio da balança comercial, cujo défice é de sete milhões e trezentos mil euros. -----

O presidente da câmara municipal disse que, em rigor, não havia novidades sobre o futuro da Repartição de Finanças de Armamar, porque na pretérita sessão, tinha já revelado a solução que o Governo de Portugal estava a preconizar, preferível a outras mais radicais. -----

Contradiu a notícia da saturação desses serviços por falta de trabalhadores. ----- Expôs a proposta apresentada ao Ministério das Finanças para evitar os efeitos na economia local, decorrentes da extinção de postos de trabalho, potenciada pela concentração de serviços. Ela traduz-se na manutenção de *back office* em Armamar, permitindo o tratamento de processos tributários de todo o país, mantendo ou aumentando o número de trabalhadores. -----

Sobre o encerramento do Tribunal Judicial de Armamar, afirmou ter sido “processo sem retorno”, não obstante ter feito tudo o que estava ao seu alcance para contrariar esse desfecho. Deu conta da sua luta e da de muitos outros autarcas, contra a deliberação do Governo de Portugal (que encerrou muitos tribunais), confessando “ter a consciência tranquila de tudo ter feito” em defesa dessa causa, lamentando ter havido munícipes, “alguns poucos, exceções”, que pareceram satisfeitos com o sucedido, só para poderem atacar a câmara municipal. -----

Concordou com a crítica à falta de médicos. “A situação tem-se arrastado há demasiado tempo.” No entanto, disse estar ultrapassado o impasse decorrente da falta de nomeação do diretor executivo do ACES Douro, cujo cargo será ocupado pelo enfermeiro Rui Dionísio, de Cimbres, “pessoa a quem reconhece competências para o desempenho”. Com a constituição da direção dessa entidade, a prioridade passa a ser o recrutamento de clínicos para Armamar e para os outros concelhos do Douro, afetados pelo problema, rematou. -----

Quanto ao estudo sobre importações e exportações, destacou a necessidade do acesso aos critérios escolhidos para o efeito, cujo desconhecimento faz suscitar fundadas

dúvidas. Equacionou alguns números (relacionados com a comercialização da maçã) que fragilizaram os resultados divulgados. “Para o bem e para o mal” defendeu a irrelevância de estabelecer comparações entre os dados de municípios vizinhos. -----
Relacionou os quase três milhões de euros de investimentos em curso com os principais problemas do período em análise, porque a repercussão nos indicadores críticos é muito significativa, dificultando a estabilidade em termos financeiros. -----
Alinhou a estratégia local com a estratégia para a região, sem descurar a importância do próximo quadro de apoios comunitários. Ilustrou, com menção ao estudo em elaboração pela equipa do Professor Augusto Mateus, a pedido da CIM Douro que, quando oportuno, será apresentado. -----

Rui Costa perguntou que projeto está ser desenvolvido com a empresa Media 360, se a execução foi adjudicada por ajuste direto ou concurso público, como foi feita a publicitação e se não haveria empresa com sede mais próxima de Armamar com capacidade para o executar. -----
Fez as mesmas perguntas sobre a proposta de prestação de serviços de auditor externo para o município de Armamar. -----

O presidente da câmara municipal explicou que a empresa mencionada está a prestar serviços relacionados com a execução da candidatura destinada à criação da Loja Interativa de Turismo de Armamar. A adjudicação foi feita por ajuste direto, devido ao interesse de conferir coerência, em matéria de *layout* e equipamentos, entre todos os projetos a concretizar na região norte. -----

Hernâni Almeida, teceu considerações sobre o Sistema Nacional de Saúde, o número de habitantes por médico, a distribuição dos médicos pelo país, concluindo que, a nível distrital, Armamar não é dos piores servidos mas, realmente, “há carência de um ou dois médicos”. Fez menção ao médico que há anos está colocado em Armamar, mas trabalha em Tabuaço e felicitou o novo diretor executivo do ACES Douro. -----
Sobre as finanças locais, disse que as “coisas estão a correr bem” (exemplificando com a taxa de execução da receita corrente), mesmo havendo dificuldades resultantes do atraso verificado com a concessão do visto do Tribunal de Contas ao empréstimo de médio e longo prazo, contratado para financiar o maior dos investimentos em curso. --

Desafiou a câmara municipal a “definir metas de gestão do pessoal” e fez a análise das que se tinha comprometido a superar (até ao final do seu mandato enquanto presidente da câmara municipal), sem sucesso, porque não conseguiu manter ao serviço somente cem trabalhadores, imputando à Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA, a responsabilidade pelo sucedido, devido ao atraso no processo de concessão da distribuição da água em baixa pressão (com a correspondente cedência de trabalhadores), prevendo que ocorra, finalmente, este ano. Rematou, apelando à redução de custos com o pessoal, apoiando-se nas projeções que estiveram na base da edificação do Centro Escolar de Armamar para demonstrar como se pode evitar o desperdício de recursos, a tendência de redução da população e, também, a evolução do conceito de prestação de serviços públicos (com repercussão na gestão de recursos humanos). -----

Corroborou a opinião do presidente da câmara municipal sobre as importações e exportações do concelho, dando exemplos de empresários e empresas que, instalados ou operando no território, pela pujança da sua atividade, conduziriam a números bem diferentes, não obstante haver uma ou outra delas que por força de alguns condicionalismos (que desejou temporários) possam estar a contribuir para o défice. Concluiu, apelando à sediação em Armamar de novas empresas. -----

O presidente da câmara municipal, defendeu a contratação de médico para preencher o lugar deixado vago devido à mais recente aposentação, refutando a sugestão que poderia solucionar o problema em Armamar, mas criaria outros, tanto ao médico que está em Tabuaço como aos seus atuais utentes. -----

Não se opôs à fixação de metas em relação à gestão de pessoal, afirmando que “o objetivo é baixar, desde que se justifique ou que não haja necessidade de ter os funcionários”. -----

Salientou não corresponder à verdade a iminência da celebração de acordo com as Águas de Trás-os-Montes a Alto Douro, SA, nem haver, para já, a intenção de o fazer, quanto à concessão da distribuição em baixa pressão da água de abastecimento público. Disse estar a ser feito estudo sobre o assunto. -----

Jorge Augusto, reiterou a sua convicção quanto ao que disse sobre compromissos assumidos pela câmara municipal no ano de 2013, apoiando-se no mapa de controlo

orçamental da despesa desse período. Associou os compromissos atuais (à data) aos futuros, para defender tratarem-se de quinze milhões de euros. -----

O presidente da câmara municipal, disse compreender o esclarecimento feito, bastante diferente do teor da intervenção que produziu antes, imputando ao presidente da câmara municipal novos compromissos no montante mencionado. -----

Joaquim Calheiros informou os membros da mesa da assembleia municipal que só recebeu a convocatória, ordem do dia e demais documentos, por correio eletrónico. ---
Felicitou a seleção portuguesa de ténis de mesa pela recente conquista, frente à seleção da Alemanha, resultado que atribuiu ao trabalho feito com responsabilidade e com objetivos. -----

Afirmou que o número de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas de Armamar, globalmente, aumentou. -----

Salientou a atenção e a resposta imediata que caracteriza a câmara municipal e congratulou a atual composição (e a anterior) pelas condições oferecidas aos alunos de Armamar do ensino secundário. -----

Divulgou o projeto Concelho Ativo - Concelho Mais Vivo e destacou “a grande adesão da população”. Elogiou os presidentes das juntas de freguesia que apostaram na melhoria da qualidade de vida dos seus fregueses, aderindo à oferta. -----

Depois, referiu-se ao “notável trabalho da CPCJ de Armamar”. Contudo, sinalizou necessidades, relativas ao acolhimento de crianças e jovens, cuja satisfação poderiam constituir desafio para as IPSS locais. -----

O presidente da câmara municipal, reiterou as constatações relacionadas com o projeto mencionado, tendo sublinhado o papel desenvolvido pelos presidentes das juntas de freguesia, atribuindo-lhes o mérito pela disseminação da iniciativa e pelo seu sucesso. -----

Revelou haver contatos com a Fundação Gaspar e Manuel Cardoso para se desenvolverem respostas aos alunos com necessidades especiais, cuja concretização poderá dar-se a seguir à finalização das operações urbanísticas, destinadas à requalificação do seu principal edifício. -----

Rui Fernandes assinalou a inexistência, quando falta cerca de um mês para a realização da Feira da Maçã, de cartaz e de programa. Perguntou se será convidado algum membro do Governo de Portugal e se há intenção de o levar a visitar a barragem de Lumiares, “o que seria vergonhoso”, porque a “rampa de acesso à nascente, no sentido Lumiares – Barragem, está intransitável”. -----

Reclamou da existência de caixotes do lixo sem tampa e outros com “buracos com mais de cinquenta centímetros de diâmetro”. -----

Questionou o atraso na adoção do regimento (atualizado), porque o que está a ser utilizado é “ilegal e não está de acordo com a lei das autarquias locais em vigor” e a não submissão a discussão e votação da proposta de regulamento para a concessão de pesca desportiva na barragem de Lumiares. -----

Afirmou que “não se deve confundir exportações e importações com transmissões intracomunitárias e aquisições intracomunitárias. Exportações são só para fora do mercado comum europeu, tal como as importações. Tudo o que é dentro da comunidade europeia são aquisições intracomunitárias e transmissões intracomunitárias, algo que provavelmente não estará exposto no gráfico apresentado”. -----

O **presidente da câmara municipal** disse que o “programa da Feira da Maçã se encontra fechado e que, provavelmente, será divulgado senão hoje, até quarta-feira”. ----

Continuou, dizendo que foi formulado convite à Ministra da Agricultura e não haveria quaisquer problemas em levá-la à barragem de Lumiares, porque há alternativas perfeitamente transitáveis, contudo “existem sessenta metros de acesso”, no troço a partir de Lumiares, para concluir. -----

António Silva, sobre os contentores de recolha do lixo, expôs o acordo estabelecido com os presidentes das juntas de freguesia, para garantir que não há colocações, deslocações ou extrações, sem concertação entre as partes interessadas. Destacou a importância da sua colaboração, na deteção e comunicação de problemas, cuja resolução quase sempre depende da RESUR, que nem sempre dá a resposta em tempo útil ou a desejada, apesar da pressão da câmara municipal. -----

Maria do Carmo Ferreira, afirmou manter-se válido e eficaz o regimento (proveniente do anterior mandato dos membros do órgão deliberativo do município). -- Sobre os regulamentos destinados a ter eficácia externa, remeteu o assunto para a câmara municipal. -----

Paulo Proença disse-se “escandalizado” com a defesa da centralização de serviços, cujos efeitos terão repercussão negativa em Armamar, provocada pelo encerramento de serviços da Administração Central. “Não nos podemos dar a esse luxo”, afirmou, defendendo de seguida a manutenção da Repartição de Finanças de Armamar. ----- Perguntou o que foi feito, no passado, para inverter a tendência apresentada pelo indicador da natalidade e para reverter a descida do número de alunos nas escolas. ----- “Não temos serviço de urgências ou, melhor, o que temos não chega”, fez constar. Problema que considerou “ser mais grave que a falta de médicos”. ----- Assinalou o aumento do número de animais abandonados no Município. Depois, referiu-se a algumas medidas para resolver o problema, como o recurso ao *chip* para identificar os cães dos caçadores antes do início da época venatória e a punição para os autores dos abandonos. Colocou a hipótese de criar um canil em Armamar. ----- Chamou a atenção para o interesse de levar mais produtores de maçã e de vinhos a participar na Feira da Maçã. -----

O presidente da câmara municipal, associou a falta de médicos às dificuldades de funcionamento das urgências, “problemas que devem ficar resolvidos em breve, com a colocação de um clínico em Armamar”. ----- Comungou das preocupações com o “grande número de animais abandonados”, cuja captura não pára, estando a ser enviados para os canis de Moimenta da Beira e Lamego, no âmbito dos protocolos estabelecidos, cuja manutenção defendeu. Refutou a construção de canil em Armamar, devido aos “incomportáveis” encargos imediatos e futuros. ----- Concordou com a necessidade de incrementar a presença de fruticultores na Feira da Maçã, para o evento ficar mais alinhado com o estatuto de Armamar, Capital da Maçã de Montanha, “maior produtora de maçãs do país”. Direcionou para a Associação de Fruticultores de Armamar a responsabilidade de atingir esse desiderato. ----- Deu conta da existência de contatos para o vinho e os seus produtores terem mais visibilidade no evento. ----- Transmitiu o parecer do ICNF, sobre a “pesca desportiva na barragem de Lumiares”, que concluiu pela interdição. No entanto, “é preciso perceber o porquê de se encontrar interdita e de que forma é que se pode ultrapassar esta situação, sabendo que a infraestrutura não é do Município e que terá de ser ouvida a Direção Regional de Agricultura do Norte”, rematou. -----

Manuel Paiva, depois de divulgar o estudo e as fontes, sobre as importações e as exportações, disse concordar com o comentário do presidente da câmara municipal, que os contesta, porque “não batem certo com a realidade”. Contudo, perguntou a que se deve o facto de o estudo não refletir a realidade. Equacionou razões relacionadas com a localização das sedes fiscais de algumas empresas ou com a faturação. -----

Salientou contradições entre o teor dos discursos do atual e do antigo presidente da câmara municipal, nomeadamente sobre as finanças da autarquia local e a concessão da distribuição em baixa pressão da água para abastecimento público. -----

Hernâni Almeida assegurou não haver contradições, porque “a interpretação dada aos números não é igual para todos”. -----

Garantiu ser a favor da otimização na gestão de recursos humanos e não do encerramento de serviços. Nesse aspeto, também se deve analisar como se faz em alguns países, importantes referências, porque são mais desenvolvidos e têm menos funcionários públicos. Deve-se fazer mais e melhor, com menos recursos, venceu. Porque só haverá baixa de impostos, se os gastos forem menores, rematou. -----

Depois, interrogou a falta de menção à conquista, para Armamar, do ensino secundário e da possibilidade de tirar o cartão de cidadão ou o passaporte “à porta de casa”. -----

Perguntou se “Armamar deve ter urgências à noite”. Para logo responder que, na sua opinião, “não”, porque é impossível reunir condições para esse serviço ser bem prestado e exemplificou. -----

Prosseguiu, afirmando ser “má-fé” responsabilizar o presidente da câmara municipal pelo encerramento do Tribunal Judicial de Armamar, quando “há estudos feitos desde os anos noventa, que concluem pelo interesse de encerrar pelo menos cinquenta tribunais”. -----

Chamou a atenção para “o grande problema que é os portugueses quererem pagar menos impostos e ao mesmo tempo ter cada vez mais serviços”, razões porque defende a racionalização dos serviços e o aproveitamento do potencial instalado. -----

Maria dos Prazeres, começou por fazer sensibilização para questões de saúde, concluindo que “todos os dias estamos a receber uma prenda de Deus, que é mais um dia de vida”. Depois falou da satisfação que tem, quando dá a conhecer as potencialidades e características do município de Armamar, tendo destacado, nesse âmbito, a Requalificação da Zona Ribeirinha de Folgosa, pela positiva, e o pequeno troço de acesso inacabado à barragem de Lumiares, pela negativa. -----

Contestou a acusação de Manuel Paiva ao presidente da câmara municipal, imputando-lhe a responsabilidade pelo fecho do Tribunal Judicial de Armamar. -----

Felicitou o vereador António Silva e o Agrupamento de Escolas de Armamar pelo início do ano letivo, sem incidentes e pela criação de uma turma de humanidades e outra de ciências no ensino secundário, contribuindo para a fixação de alunos. -----

Agradeceu ao vereador António Silva ou “a quem foi”, a manutenção do Jardim-de-Infância em Fontelo, facto que permite continuar a ver “crianças a rir, a correr” durante o dia pelas ruas. -----

Referindo-se aos edifícios onde funcionaram as escolas do primeiro ciclo do ensino básico, destacou a sua beleza exterior e deu os “parabéns ao presidente da junta de freguesia, Dinis Branquinho, pelo de São Romão”, tendo depois lamentado a degradação do de Goujoim. -----

Terminou, expondo algumas das queixas que lhe transmitiram, relacionadas com o Centro Escolar, nomeadamente quanto às limitações decorrentes do número de salas e da lotação do refeitório. -----

O presidente da câmara municipal, convidou todos os membros da assembleia municipal a deslocarem-se à zona ribeirinha de Folgosa, para visitarem as obras, cuja finalização está próxima, porque constitui “espaço magnífico”, “porta de entrada de turistas”. -----

Reiterou os comentários feitos sobre os acessos à barragem de Lumiares, destacando as alternativas e a determinação em resolver o problema. -----

Quanto aos edifícios onde funcionaram as escolas do primeiro ciclo do ensino básico, assumiu alguma responsabilidade pela eventual degradação, problema que deverá ser solucionado com a celebração de “protocolos de transferência de competências na área do património” com as freguesias, “como forma de preservar a beleza arquitetónica” e o “património sentimental”, afirmou. -----

Interrupção dos trabalhos às onze horas e trinta e cinco minutos. -----

Reinício dos trabalhos às doze horas. -----

Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira -----

Aberto o período de inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

Manuel Paiva deu nota positiva à apresentação do documento, tendo destacado o facto de estar instruído com informação financeira. No entanto, afirmou não poder estender os elogios ao teor do mesmo. -----

Divulgou a notícia publicada no jornal Correio da Manhã, de 07 de agosto de 2014, que dá o município de Armamar objeto de sanções por “não ter reduzido as dívidas em atraso a fornecedores”, traduzidas na retenção de verbas pela DGAL, a transferir diretamente para os fornecedores. “Estamos a falar de cerca de cento e noventa e dois mil euros”, que “a câmara municipal não pagou em tempo útil”, “apesar de ter recebido quase um milhão de euros do PAEL”, afirmou. Disse-se preocupado com o sucedido e com eventuais desenvolvimentos que ponham em risco, por exemplo, o pagamento de remunerações e perguntou o que “levou a isto”, “porque não está a câmara municipal a honrar os seus compromissos”, “qual é o verdadeiro e real estado das contas do município de Armamar”. -----

O presidente da câmara municipal, para contextualizar a resposta, fez descrição sucinta do processo do PAEL, lembrando a redução substancial feita ao montante inicialmente previsto, diferença que seria necessária para “estabilizar os prazos de pagamento a noventa dias”. Seguidamente, afirmou que “a saúde das contas do município é boa”. Contudo, “é necessário fazer opções”, disse, porque “há investimentos avultados em curso, com prazos limite para execução” e, se houver falhas, depois “irão pedir-me a assunção de responsabilidades”. Prosseguiu, expondo os efeitos de algumas contingências na satisfação de compromissos financeiros, como seja a demora do Tribunal de Contas conceder visto prévio ao empréstimo de médio e longo prazo, para pagamento da empreitada em curso em Folgosa, acabando por ser “extremamente difícil pagar a fornecedores”. Concluiu, assegurando que “este tipo de notícias não lhe dá satisfação”, mesmo destinando-se o produto da retenção ao pagamento a fornecedores e que optará sempre pela solução menos gravosa, quando estiverem em causa os interesses do município de Armamar. -----

Maria dos Prazeres, começou por lamentar a ausência da vereadora Cláudia Damião, porque precisa de saber como é feito o apoio a estratos sociais desfavorecidos e explicou o motivo da preocupação, servindo-se de exemplo, protagonizado por homem, que durante décadas viveu em condições deploráveis, acabando, recentemente, por ser acolhido no Centro Social e Paroquial de Fontelo, passando, a partir daí, a ter a devida

assistência, a socializar. Perguntou “porque é que o pelouro da Ação Social não detetou esse problema antes”. -----

Alertou para a existência de algumas vozes que dizem haver “lares a mais em Armamar”, para imediatamente contestar, afirmando que “há listas de espera”, acabando a pedir mais apoio para essas entidades. -----

Chamou, ainda, à atenção para outro caso, em Fontelo, envolvendo crianças, apelou à denúncia deste problemas e pediu respostas prontas. -----

O presidente da câmara municipal, negou a existência de lares a mais, defendeu a existência de respostas sociais adequadas às necessidades e salientou o facto de não haver IPSS no município de Armamar que possa dizer que nunca tenha tido apoios da câmara municipal. -----

“São céleres, quando são informados de casos problemáticos”, disse a propósito dos exemplos mencionados e para caraterizar a resposta dos serviços de Ação Social e a vereadora Cláudia Damião, que elogiou pelo trabalho desenvolvido. -----

Manifestou estranheza pela demorada identificação e resolução do primeiro dos casos relatados, desde logo pela comunidade local. -----

Desenvolveu o procedimento conducente à atribuição de apoios, com alusões ao respetivo regulamento municipal, visitas domiciliárias, relatório técnico e apreciação e votação pela câmara municipal. -----

Maria do Carmo Ferreira, revelou, dado ser presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Armamar, alguns aspetos relacionados com o segundo dos casos relatados, dando conta do trabalho feito, concluindo que “a situação está controlada”, deixou de “ser motivo de preocupação”. -----

Manuel Paiva contestou o teor da intervenção feita pelo presidente da câmara municipal sobre o PAEL (na relação com o atraso do pagamento de dívidas a fornecedores), asseverando que “não foram suficientes, nem válidas”, porque “os montantes e os prazos acordados tiveram em conta o dinheiro que foi recebido e não o dinheiro que estava previsto receber”. Depois, perguntou se quando o PAEL foi aprovado, já estavam adjudicadas as empreitadas da construção do Quartel da GNR e da Requalificação da Zona Ribeirinha de Folgosa. -----

O vereador António Silva, afirmou que “não devemos ler só o que nos convém”, em relação à notícia publicada no jornal Correio da Manhã, passando a explicar o motivo das retenções, respeitantes aos exercícios dos anos de 2012 e 2013. Continuou, desenvolvendo com detalhe, o impacto do corte no PAEL. Foram subtraídos “duzentos mil euros, que nos impediram de efetivamente cumprir”, logo no ano de 2012, concluiu. Depois, contestou os atrasos nas transferências provenientes do Orçamento de Estado, relacionados com “apoios sociais e com os transportes escolares”, tornando o município credor. Contudo, chamou a atenção para os seguintes factos: “o município não tem pagamentos em atraso anteriores a março de 2014”, com pontualíssimas exceções, tem o prazo médio de pagamento a fornecedores substancialmente reduzido (se comparado com o passado) e para a discrepância entre a obrigação da autarquia local ter que pagar a noventa dias e a DGAL ter o dinheiro retido meses, dilatando o prejuízo para os fornecedores. -----

Não obstante as dificuldades, garantiu que a dívida do município está toda reconhecida. Prosseguiu, dando conta dos constrangimentos criados pelo atraso dos reembolsos, relacionados com as principais empreitadas em curso, da demora do Tribunal de Contas em dar visto ao empréstimo de médio e longo prazo, contraído a propósito da Requalificação e Expansão da Zona Ribeirinha de Folgosa, do contributo a dar para o Fundo de Apoio Municipal e, da eventualidade, de ter que ser feita a amortização integral do empréstimo de curto até final do presente ano. -----

Terminou, salientando “o empenho da câmara municipal no equilíbrio financeiro”. -----

O presidente da câmara municipal, reiterou o seu desagrado com o facto de Armamar ser notícia e não pelas melhores razões. Esclareceu que Armamar está no topo da lista só porque ela está ordenada por ordem alfabética. -----

Sobre a relação que estabeleceu entre o PAEL e as empreitadas, corrigiu a interpretação feita, explicando que os atrasos dos reembolsos, potencia a ocorrência de atrasos nos pagamentos, porque o município tendo tido menos dinheiro disponível no PAEL, acabou por ver-se obrigado a satisfazer compromissos, fazendo esforço maior, porque só lhe resta fazê-lo com recursos próprios. -----

Manuel Paiva perguntou “porque não foi pedido feito de atualização do contrato do PAEL” e porque não é feita a sensibilização dos devidos membros do Governo de Portugal, para por fim aos atrasos nas transferências. “Não haverá força suficiente para o conseguir”, perguntou. -----

Constatou a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, lembrando de seguida que “recebemos novecentos mil euros para o fazer”. “Surpresa seria se não tivesse diminuído, depois de recebermos esse dinheiro”, rematou. -----

Hernâni Almeida, com base na sua convicção da inexistência de autonomia do poder local, sustentou a tese de que “Armamar nunca teria pagamentos em atraso”, se fosse possível às autarquias locais fazer algo parecido com o que faz o Instituto da Gestão do Crédito Público, a favor do Estado Português, operando mudanças, ao mês, no plano da dívida. -----

“Armamar sempre soube gerir bem a dívida” afirmou, chamando à colação “as taxas de juro ótimas” obtidas, para o demonstrar. -----

Atestou o teor da intervenção, feita pelo vereador António Silva, sobre o processo PAEL. -----

Assunto fora da Ordem do Dia -----

A pedido da câmara municipal, a presidente da mesa da assembleia municipal propôs, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, que fosse reconhecida a urgência de deliberação sobre o seguinte assunto: -----

Proposta de prestação de serviços de auditor externo -----

----- Por unanimidade, foi aceite a introdução do assunto na Ordem do Dia. -----

O presidente da junta de freguesia da União das Freguesias de Vila Seca e Santo Adrião ausentou-se. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

I

Análise e votação da ata da sessão anterior -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

Manuel Paiva para comunicar que entregou documento à mesa da assembleia municipal, com algumas correções sobre ortografia e a explicitação do teor de intervenção. -----

Joaquim Duarte criticou o comportamento de alguns membros do órgão deliberativo do município. Depois, fez incidir a contestação sobre a condução dos trabalhos. Concretamente, chamou a atenção para a duração do período de antes da ordem do

dia, porque ultrapassou largamente o tempo legalmente previsto e para o “tempo de antena” dado aos representantes de forças políticas menos representativas, pela proporcionalidade, desfavorável aos partidos políticos mais representativos. -----

Paulo Proença, disse não ser o autor da intervenção que lhe é atribuída na página doze. Indicou ser de Paulo Tolda. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 18 votos a favor e 6 abstenções. -----

II

2.ª revisão dos documentos previsionais para o ano de 2014 (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

Manuel Paiva alertou para as consequências decorrentes no não cumprimento de regras, relacionadas com a “taxa de execução da receita”. -----

O presidente da câmara municipal disse “acreditar que é possível ter uma taxa de execução bem melhor que a do ano transato”. No entanto, “será aquela que tiver que ser”, rematou. -----

Hernâni Almeida prognosticou o valor da taxa de execução para o corrente ano, com base na tendência dos últimos três anos, fixando-a perto dos 80%. Esse resultado poderia ser melhor, se o montante correspondente ao empréstimo de curto prazo, não fosse incorporado neste documento, concluiu. -----

O presidente da câmara municipal disse que foi feito “por transparência e precaução”, caso haja obrigatoriedade de as autarquias locais fazerem a amortização integral. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 31 votos a favor e 3 abstenções. -----

Reconhecimento de interesse municipal de investimento (cuja proposta passou a constar o anexo III à ata) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

Manuel Paiva disse parecer-lhe “que se está a vulgarizar os pedidos de interesse municipal”. -----

Perguntou “se a empresa que vai gerir o empreendimento vai ter, ou não, sede fiscal em Armamar”. Defendeu esse pressuposto como condição para a deliberação ser favorável.

O presidente da câmara municipal, respondeu que os promotores são oriundos de Folgosa, estão emigrados e têm intenção de sedear a empresa em Armamar. -----
Concordou com o pressuposto enunciado. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, com 24 votos a favor. -----

Nomeação do Conselho Municipal de Educação -----

(Assunto retirado da ordem do dia) -----

Prestação de serviços de auditor externo para o município de Armamar, no âmbito do artigo 67º da Lei nº 63, de 3 de setembro de 2013 (cuja proposta passou a constituir o anexo IV à ata) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

Manuel Paiva perguntou se “temos ou não, por força da lei, de ter um auditor externo” e disse não saber “se é bom ou mau o auditor da Armamar Investe Mais, EEM ser o auditor da câmara municipal”. -----

O presidente da câmara municipal, afiançou-lhe a competência e disse não haver conflito no exercício simultâneo de funções, nas entidades mencionadas. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 23 votos a favor e 2 abstenções. -----

O presidente da junta de freguesia da União de Freguesias de Vila Seca e Santo Adrião reentrou, passando os membros a ser 25. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, o presidente da assembleia municipal, procedeu à leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Faltaram à primeira e única reunião da sessão de setembro: Mário Torres

Marta, Ricardo Fonseca, Jorge Rodrigues e o presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Sérgio Silva. -----

Forma de Votação -----

Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

Não havendo mais nada a tratar foi, pela presidente da assembleia municipal, encerrada às treze horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações. -----